

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

Edição nº 478

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Editais	2
Avisos	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	4
Editais	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	4
----------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 478

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 106/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de eventual tentativa de manipulação dos Conselhos Municipais, por parte da Secretária Municipal de Turismo, no expediente RD nº 00949.00090/2010, em que reclamante Janete da C. A. Picoli.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 107/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Campo Novo promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00735.00012/2009, em que requerente Jairo Luiz Pizolotto.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 56/2010-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
2861-0900/10-2	1222	Defensoria Pública de Tenente Portela	Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2495-0900/10-6	1209	SUSEPE – Penitenciária Regional de Caxias do Sul	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2494-0900/10-3	1211	Escola Estadual de Ensino Fundamental João Pollo de São Marcos	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2493-0900/10-0	1208	Escola Estadual de Ensino Fundamental Giacomio Sandri de São Marcos	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2492-0900/10-8	1210	Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de São Marcos	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2832-0900/10-0	1216	Brigada Militar de Porto Xavier	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2927-0900/10-0	1223	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2969-0900/10-2	1224	Brigada Militar de Santa Maria – 2º Batalhão Ambiental	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2455-0900/10-9	1218	Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus de Montenegro	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JÚNIOR,

Chefe de Gabinete.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 320/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- CAROLINA CONCEIÇÃO ACUNHA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 1439/10).
- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ELIANE SZYNWELSKI ROGOSKI, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o centésimo vigésimo oitavo (128º) lugar na Classificação Geral Estadual (Port. 1443/10).
- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANGELA BEATRIZ GIANLUPI, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o centésimo trigésimo sétimo (137º) lugar na Classificação Geral Estadual (Port. 1444/10).
- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARCELO PALUDO SCALABRIN, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo sétimo (17º) lugar na classificação geral da Região da Produção (Port. 1445/10).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0967/2010, que nomeou BRUNNA AGOSTINI DE NEZ, para exercer o cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 1440/10).
- a Portaria nº 0373/2010, que nomeou TAISE VELASQUEZ LOPES, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, observando-se a opção por última chamada, nos termos do parágrafo único, do Art. 16, da Lei Complementar 10.098/94 (Port. 1441/10).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 09 de julho de 2010, a servidora SIMONE DE MACEDO MARQUES SAAD, matrícula nº 14971607, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 1411/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO PARA EMULAÇÃO DE TERMINAL EM MICROCOMPUTADOR E ENDEREÇAMENTO DE IMPRESSORA, CONECTADOS EM REDE LOCAL – EML PROCESSO Nº 12480-09.00/01-8

CONTRATADA: PROCERGS – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do ajuste, do serviço de emulação de terminal e endereçamento lógico para mais 01 (um) usuário; **VALOR MENSAL:** R\$ 67,44; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, inc. I, b, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PROCESSO Nº 12251-09.00/08-6

LOCADORES: MARA ELIZABETH WITZ, EDUARDO ALOÍSIO WITZ e SUZANA MARIA WITZ PISSETI; **OBJETO:** prorrogação, por 5 meses, do prazo de locação do imóvel ocupado pelo Ministério Público de Santa Cruz do Sul, na rua Fernando Abbott, 670.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA PROCESSO Nº 6552-09.00/04-3

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o Contrato de Locação de Imóvel em Portão, firmado com Liane Maria Hensel, através de seu procurador, Sr. Felipe Bock, que tem como objeto a locação do imóvel localizado na Av. Brasil, nº 50, sala 207, destinado à instalação e ao funcionamento da Promotoria de Justiça da Cidade, para fazer constar que o valor mensal da locação será reajustado, a contar de 08 de julho de 2010, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 4,18%, em atenção ao disposto no parágrafo primeiro da cláusula terceira do ajuste, passando a R\$ 468,80 (quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Tomada de Preços nº 04/2010 (Processo nº 002419-09.00/10-2) **Tipo** técnica e preço – preço global. Comunico aos interessados que houve retificação na redação do subitem 7.6 do Edital, cuja nova versão já pode ser acessada no site <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. Outrossim, informo que a **data e o horário da sessão de abertura da licitação permanecem inalterados - 15/07/2010, às 14h. Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 12.232/2010, Lei nº 8.666/93 e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de julho de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

EDITAL Nº 252/2010

REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 04/2010 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.

1. Inquéritos Cíveis ns. 00834.00012/2010 e 00834.00013/2010, instaurados pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguação sobre exercício de atividades por Conselheiros Tutelares.

2. Inquérito Civil nº 00834.00015/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para verificar possibilidade de submeter adolescentes à revista íntima nos Estabelecimentos Penais do Estado.

3. Inquérito Civil nº 00834.00017/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar necessidade de regulamentação pela Secretaria Municipal da Indústria e Comércio da concessão de alvarás para funcionamento de Academias Esportivas.

4. Inquérito Civil nº 00834.0020/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para investigar a razão da lista de espera para tratamento psicológico na Unidade de Saúde Básica Navegantes.

5. Inquérito Civil nº 00834.00022/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguação de irregularidade ou adequação do sistema e procedimentos adotados na E.M.E.E. Prof. Lucena Borges, com especial atenção para a forma de desenvolvimento de atividades no estabelecimento.

6. Inquérito Civil nº 00834.00023/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar situação relativa a supostos problemas para oferta de transporte escolar para alunos da E.E.E.F. Ayrton Senna.

7. Inquérito Civil nº 00834.00027/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar as condições de funcionamento e infraestrutura da Escola Municipal de Ensino Fundamental Décio Martins Costa.

8. Inquérito Civil nº 00834.00028/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, tendo por objeto a realização de atividades e o acompanhamento do "Projeto Escola-Luz" na cidade de Porto Alegre, com o objetivo de estimular à redução dos índices de repetência e abandono escolar e melhoria da qualidade da educação no ensino fundamental.

9. Inquérito Civil nº 00834.00029/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, tendo por objeto "projeto de reestruturação da FASE". Obrigação do Poder Executivo em construir novas unidades para diminuir a superlotação hoje existente no sistema.

10. Inquérito Civil nº 00834.00031/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para verificação da possibilidade/necessidade de disponibilização de implante coclear bilateral para crianças pelos planos de saúde e pela rede pública.

11. Inquérito Civil nº 00834.00032/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar eventual irregularidade no fornecimento de alimentação aos alunos do Colégio Estadual Piratini.



12. Inquérito Civil nº 00834.00032/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar o fechamento da Escola Estadual Osvaldo Vergara e da Escola Técnica Santo Inácio, devido à construção da Arena do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

13. Inquérito Civil nº 00834.00032/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar a situação referente à concessão do benefício do Programa Vou à Escola.

14. Inquérito Civil nº 00834.00032/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para verificar a atual situação das negociações para aquisição de terreno para construção de prédio para a Escola Estadual Prof. Gema Angelina Belia.

15. Inquérito Civil nº 00834.0016/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para investigar a criação de um Centro de Referência Imunológico Especial no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.

16. Inquérito Civil nº 00762.00042/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, tendo por objeto apurar a suficiência de estrutura existente no Município de Itatiba do Sul para garantir o atendimento à política de direitos da criança e do adolescente.

17. Inquérito Civil nº 00921.00001/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana, para apurar privações de liberdade irregulares, decorrentes da entrega de jovens no CASE de Uruguaiana com MBAs que já haviam sido cumpridos em datas anteriores, e que permaneciam no sistema da polícia, em três oportunidades, ocorridas entre os dias 06/03/2010 e 15/03/2010.

18. Inquérito Civil nº 00921.00002/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana, para apurar possível ocorrência de abuso sexual no abrigo CACAU.

19. Inquérito Civil nº 00921.00003/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana, para apurar a carência de recursos humanos nas escolas estaduais de Uruguaiana.

20. Inquérito Civil nº 00921.00004/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana, para adoção de medidas necessárias para disponibilização do atendimento em Fonotoreapia no Município.

21. Inquérito Civil instaurado através da portaria 130/2009, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Ávila, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, para investigar a informação de irregularidades em duas escolas de ensino infantil municipais de Bom Retiro do Sul.

22. Inquérito Civil instaurado através da portaria 025/2009, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Ávila, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, para acompanhar/verificar a necessidade de implementação de abrigo pelos Municípios de Bom Retiro do Sul e Fazenda Vilanova para suprir a necessidade de institucionalização de menores em situação de vulnerabilidade.

23. Inquérito Civil nº 00900.00033/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de São Valentim, para averiguar situação de risco envolvendo transporte escolar no Município de Erval Grande.

24. Inquérito Civil nº 00820.00088/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade do transporte escolar disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ernestina.

25. Inquérito Civil nº 00820.00089/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar eventuais irregularidades nas escolas municipais de Passo Fundo relacionadas ao ensino de língua espanhola por professores não habilitados na área ou não concursados.

26. Inquérito Civil nº 00820.00099/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, com o objetivo de adotar as medidas necessárias visando à proibição da utilização das "pulseiras do sexo" por crianças e adolescentes nas escolas do Município de Passo Fundo.

27. Inquérito Civil nº 00748.00087/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, visando à regularização do funcionamento de bar/lancheria, no que diz respeito ao atendimento dos arts. 80 e 81, II, do ECA.

28. Inquérito Civil nº 00748.00087/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com o fim de evitar irregularidades e regulamentar ações tendentes a tornar efetivo o direito de toda criança/adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituída, bem como dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 13, parágrafo único, e 30, ambos do ECA.

29. Inquérito Civil nº 00748.00089/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a necessidade de regulamentação da entrada/permanência de crianças/adolescentes em estabelecimento comercial.

30. Inquérito Civil nº 00748.00091/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a necessidade de adequação das normas de atendimento da "Casa Viva Rachel" à lei municipal nº 5.055/1999, no que diz respeito ao acolhimento de adolescentes do sexo masculino entre 12 e 18 anos juntamente com suas genitoras quando necessário.



31. Inquérito Civil nº 00748.00091/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com o fim de firmar Termo de Integração Operacional com a EMEF Paulo Freire, para controle da evasão escolar dos alunos egressos do CASE – Caxias do Sul.

32. Inquérito Civil instaurado através da portaria nº 03/2010, pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho, para investigar eventuais deficiências na prestação de contas de serviços públicos, na área de serviço social, devidos a crianças e adolescentes em situação de risco, bem como às suas correspondentes famílias, haja vista as disposições dos artigos 101, IV, 129, I e IV, 136, I e II, todos do ECA.

33. Inquérito Civil instaurado através da portaria nº 05/2010 pelo Promotor de Justiça Valério Cogo, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, em substituição, tendo por objetivo apurar ocorrência de mudança na base curricular da Escola Estadual Érico Veríssimo.

34. Inquérito Civil instaurado através da portaria nº 34/2010 pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, para averiguar “inclusão escolar de crianças e adolescentes portadoras de deficiência auditiva no Município de Mampituba.

35. Inquérito Civil nº 00722.00051/2010, instaurado pelo promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com o fim de verificar a possibilidade de atendimento da pretensão dos pais das crianças matriculadas no Jardim Escola Estadual Egídio Fábris, no turno da tarde, com cedência de espaço físico ao Município.

36. Inquérito Civil nº 00722.00051/2010, instaurado pelo promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, para averiguar as responsabilidades acerca do aporte de recursos a serem destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de sua liberação para funcionamento dos projetos sociais no Município.

37. Inquérito Civil nº 00890.00020/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mara Cristiane Job Beck Pedro, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, tendo por objeto a “fiscalização e apuração de eventuais irregularidades na utilização dos recursos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

38. Inquérito Civil nº 00890.00023/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mara Cristiane Job Beck Pedro, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com o fim de “promover a implementação de efetivo atendimento psiquiátrico e psicológico a crianças e adolescentes no Município”.

39. Inquérito Civil nº 01223.000018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, com a finalidade de apurar possível omissão do Poder Público na implementação de políticas públicas acerca dos direitos das crianças e adolescentes, especificamente no efetivo funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, no Município de Itacurubi.

40. Inquérito Civil nº 01127.00017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, para apurar possível prática de abuso sexual no interior da creche particular Algodão Doce.

41. Inquérito Civil nº 01127.00017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, para investigar a existência de locais (creches clandestinas) que recebem crianças e adolescentes sem adequação para tanto.

42. Inquérito Civil nº 00715.00008/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio para investigar a precariedade das condições em que as crianças aguardam o transporte escolar na rua Emílio Kaufmann, em Arroio do Meio, lugar em que se deu atropelamento de criança.

43. Inquérito Civil nº 00875.00025/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para apurar a notícia de irregularidade na atuação de membros do Conselho Tutelar de Caraá.

44. Inquérito Civil nº 00875.00025/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para investigar a notícia de carência de material e de pessoal no Conselho Tutelar do Município de Santo Antônio da Patrulha.

45. Inquérito Civil nº 00851.00004/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, para investigar a necessidade e ausência de casa de passagem na Comarca de Restinga Sêca.

46. Inquérito Civil nº 00930.00033/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Lucca da Silva, da Promotoria de Justiça de Viamão, tendo como objetivo a regularização da Clínica Santa Catarina, inclusive com acolhimento de adolescentes para tratamento de drogadição.

47. Inquérito Civil nº 00861.00106/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para apurar eventual risco a integridade dos estudantes transportados pelo Sr. Pedro Rene Lourenço dos Santos, devido a denúncia de que seu veículo não apresente condições para tal transporte.

48. Peça de Informação 00906.00017/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso da Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, com base em notícia de possível virose ocorrida em creche, envolvendo diversas crianças atendidas naquela instituição.

49. Inquérito Civil instaurado através da portaria 033/2010, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, para averiguar notícia de condições precárias e o mau uso do transporte escolar, no trajeto de Itapeva a Torres, feito pela empresa Torrescar.

50. Peças de Informação ns. 00783.000037/2010 e 00783.000038/2010, instaurados pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a venda a adolescentes do medicamento “citrato de sildenafil” nas farmácias localizadas nos municípios de Gravataí e Glorinha.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 478

51. Peças de Informação ns. 00783.000051/2010, 00783.000052/2010, 00783.000053/2010 e 00783.000054/2010, instauradas pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a venda ou fornecimento de bebida alcoólica a crianças e adolescentes em estabelecimentos comerciais no Município de Gravataí.

52. Peças de Informação instauradas através das portarias ns. 166/2010, 167/2010, 168/2010, 169/2010 e 170/2010, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, para averiguar venda do medicamento Viagra (fármaco citrato de sildenafil) para adolescentes, nas farmácias dos Municípios de Santo Ângelo, Entre-Ijuís, Vitória das Missões, São Miguel das Missões e Eugênio de Castro.

53. Inquéritos Civil ns. 00872.00054/2010, 00872.00056/2010, 00872.00057/2010 e 00872.00058/2010, instaurados pela Promotoria de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, tendo como objeto a melhoria da rede de educação infantil nos Municípios de Eugênio de Castro, Entre-Ijuís, São Miguel das Missões e Vitória das Missões.

54. Inquérito Civil instaurado através da portaria 176/2010, pela Promotora de Justiça 00872.00058/2010, instaurados pela Promotoria de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, tendo como objeto a verificação da responsabilidade pela concessão de alvarás, autorização, fiscalização e supervisão dos estabelecimentos de educação infantil e como requeridos o Município de Santo Ângelo e o Estado do Rio Grande do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.